



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER CONJUNTO PARA DISCUSSÃO EM TURNO ÚNICO
PROJETO DE LEI N.º 51, DE 2022

Concede revisão geral anual aos subsídios do Vereador e do Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis-MG.

Autora: Mesa Diretora

Relator: Vereador MARCOS TÚLIO DA SILVA

I RELATÓRIO

O presente projeto, apresentado pela Mesa Diretora, tem por escopo conceder, a partir de 1º de janeiro de 2022, revisão geral de 10,06% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), que corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado no período de janeiro a dezembro de 2021, aos subsídios do Vereador e do Presidente da Câmara.

O art. 2º estabelece que o percentual empregado pelo projeto, para fins de revisão do subsídio do Vereador e do Presidente da Câmara, corresponde ao IPCA acumulado no período de janeiro a dezembro de 2021, conforme critério estabelecido pelo art. 2º, da Lei Municipal n.º 2.010, de 17 de julho de 2020, que fixa o subsídio dos referidos agentes políticos.

estabelece que as despesas criadas pelo projeto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente. Já o art. 3º contém a cláusula de vigência.

Acompanham o projeto a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa expandida, nos exercícios em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, elaborada pela Diretoria de Administração e Finanças da Câmara Municipal e a declaração do ordenador de despesa, prevista no art. 16, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O projeto tramita sob o regime de urgência especial, razão pela qual, neste dia, foi distribuído a estas Comissões de Legislação, Justiça e Redação (CLJR), de Finanças e Controle (CFC) e de Serviços Públicos (CSP), para, nos termos do art. 37 combinado com o art. 61, e § 1º, do art. 169, do Regimento Interno, a fim de receber parecer conjunto quanto aos aspectos da sua constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa e mérito.

É, em síntese, o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Da competência e iniciativa

A matéria do Projeto de Lei n.º 51, de 2022, insere-se no âmbito da competência do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

A iniciativa do projeto é reservada privativamente à Mesa Diretora, conforme estabelece o art. 18, inciso III e alínea *b*, do Regimento Interno.

Verifica-se, assim, que a matéria não incorre em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 1º, do art. 62, da Constituição Federal.

2.2 Da técnica legislativa

A redação da matéria em estudo é adequada à técnica legislativa e atende às disposições da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

2.3 Da matéria

Os subsídios do Vereador e do Presidente da Câmara podem ser revisados no curso da legislatura, com base em índice oficial de aferição da inflação no período, a fim de preservar o poder aquisitivo da moeda, observadas as prescrições do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Sobre esse assunto, é aplicável o enunciado da Súmula 73, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com o seguinte teor:

No curso da legislatura, não está vedada a recomposição dos ganhos, em espécie, devida aos agentes políticos, tendo em vista a perda do valor aquisitivo da moeda, devendo ser observados na fixação do subsídio, a incidência de índice oficial de recomposição do valor da moeda, o período mínimo de um ano para revisão e os critérios e limites impostos na Constituição Federal e legislação infraconstitucional.

A revisão geral anual assegura a irredutibilidade real dos vencimentos e subsídios dos agentes públicos.

Não há que confundir a revisão com o reajuste ou aumento de remuneração, ambos previstos no mencionado inciso X, do art. 37, da CF. A revisão é mera recomposição do poder aquisitivo da moeda. Já o reajuste ou aumento ocorre quando há elevação da remuneração acima da inflação, ou seja, acima do percentual de revisão geral anual.

O projeto atende às exigências previstas na lei que fixou os subsídios do Vereador e do Presidente da Câmara – Lei Municipal n.º 2.010, de 17 de julho de 2020, a saber:

- observância do que estabelece a Lei Orgânica do Município;
- aplicação de índice oficial de recomposição de perda do valor da moeda, no caso o IPCA/IBGE; e
- período mínimo de um ano para revisão.

Há que ressaltar que o índice de revisão (10,06%) é o mesmo empregado para se fazer a atualização dos vencimentos dos servidores municipais e agentes políticos do Poder



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Executivo, conforme previsto no Projetos de Lei n.º 44, de 2022, n.º 45, de 2020, e n.º 52, de 2022, em tramitação nesta Casa.

Da mesma forma, a data estipulada para a revisão dos subsídios dos agentes políticos (1º de janeiro de 2022) é igual à da atualização dos vencimentos dos servidores municipais.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro demonstra que a revisão geral do subsídio dos Vereadores provocará aumento mensal de R\$ 5.951,68 da despesa com pessoal, no exercício de 2022.

Essa estimativa também revela que, no exercício de 2022, o percentual da despesa com pessoal em relação à receita da Câmara Municipal atingiu 45,99%, percentual este que é muito inferior ao limite fixado no § 1º, do 29-A, Constituição Federal.

No entanto, a concessão dessa revisão fica condicionada à revisão do subsídio do Deputado Estadual. Assim, de imediato, o projeto não provocará aumento de despesa.

Por sua vez, a declaração do ordenador de despesas, que instrui o projeto, revela que a despesa criada tem adequação orçamentária e financeira e é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 (Lei n.º 2.034, de 26 de maio de 2021) e o Plano Plurianual do quadriênio 2022-2025 (Lei n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2021).

III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa e quanto ao mérito pela aprovação do Projeto de Lei n.º 51, de 2022.

Sala das Reuniões, 17 de janeiro de 2022.

Marcos Túlio da Silva
MARCOS TÚLIO DA SILVA

Relator e Presidente da CSP

Lindomar José dos Reis
LINDOMAR JOSÉ DOS REIS

Presidente da CFC e da Reunião Conjunta das Comissões e Membro Suplente da CSP

JANICLEIDE ALVES DA SILVA

Presidente da CLJR

Cristiane Dias de Oliveira Rodrigues
CRISTIANE DIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES

Membro da CLJR

Welbemar Alves Xavier
WELBEMAR ALVES XAVIER

Membro da CFC e Membro Suplente da CLJR

José Joaquim Pinto (Barroso)
JOSÉ JOAQUIM PINTO (BARROSO)

Membro da CSP